

Leonardo Dresch Eberhardt¹

Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública ENSP/Fiocruz, Mestre em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz, Bacharel e Licenciado em Enfermagem pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: leonardo.eberhardt@professor.unc.br

Paola Malacoski Schimingoski²

Graduação em Psicologia pela UnC (2021), pós-graduação em Psicologia Clínica e Psicologia Infantil pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI (2023), Mestranda em Desenvolvimento Regional (PMDR) pela UNC (2022). E-mail: paola.schimingoski@aluno.unc.br

Erica Eloisa Paulitisky³

Graduação em Psicologia - UnC (2021), especialização em Psicologia Clínica pela FAVENI (2022), especialização em Psicologia Infantil, especialização em Psicologia do Trânsito - FAVENI (2023), é mestranda em Desenvolvimento Regional (PMDR) pela UNC (2022). E-mail: erica.paulitisky@aluno.unc.br

Jaqueline Conceição⁴

Graduada em Psicologia - Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2006), Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela UNIVALI (2008), Doutoranda em Desenvolvimento Regional (PDDR) pela UNC (2022). E-mail: jaqueline@unc.br

ANDREIA Aparecida de Paula⁵

Graduanda em Psicologia - UNC (2022). E-mail: andreia.paula@aluno.unc.br

Maria Clara Hauffe Rodrigues⁶

Graduanda em Psicologia - UNC (2021). E-mail: maria.hauffe@aluno.unc.br

STEFANY PEIXER⁷

Graduação em Administração pelo Instituto Blumenauense de Ensino Superior(2007). Tem experiência na área de Administração. Graduanda em Psicologia. E-mail: stefany.peixer@aluno.unc.br

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A SAÚDE MENTAL DA MULHER

ASSESSMENT OF PUBLIC POLICIES ON WOMEN'S MENTAL HEALTH

RESUMO

Introdução: A luta por seus direitos e melhores condições de vida, o esforço das mulheres levou o Ministério da Saúde a dar os primeiros passos oficiais visando à gestão integrada da saúde da mulher. **Objetivo:** Abordar as evidências disponíveis em periódicos, por meio de uma revisão de literatura sistemática. **Métodos:** As palavras chave utilizadas seguiram a descrição dos termos DeCS, sendo eles: políticas públicas, saúde mental da mulher e avaliação de políticas públicas. Foi realizada uma busca no Google Acadêmico, em maio de 2023, recorrendo à seguinte sintaxe: saúde mental da mulher OR políticas públicas OR avaliação de políticas públicas NOT estudos qualitativos NOT estudo teóricos, considerando o período de 2020 a 2023. **Resultados:** Foram encontrados 732 artigos, dos quais 704 foram excluídos por unanimidade pelos autores. Isso porque incluíram como temas outras doenças relacionadas, (N=496), populações específicas, (N=86), e porque eram artigos claramente teóricos (N=122). Após a identificação dos artigos procedeu-se à análise dos 28 artigos, iniciando com a leitura dos títulos, seguida da leitura dos resumos e, posteriormente, dos textos completos e seguindo os procedimentos metodológicos descritos anteriormente, 5 artigos foram selecionados para revisão sistemática, haja vista que, os 23 artigos não abordaram o tema citado. **Considerações Finais:** As políticas públicas podem estar vinculadas à saúde mental da mulher, propondo formas específicas para cada público fomentar uma cultura de promoção da saúde mental e prevenção de doenças. Isso passa, pela construção de políticas públicas e intervenções sociais que garantam direitos e o pleno acesso as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: saúde mental da mulher; políticas públicas; avaliação de políticas públicas.

ABSTRACT

Introduction: The struggle for their rights and better living conditions, the effort of women led the Ministry of Health to take the first official steps towards the integrated management of women's health. **Objective:** To address the evidence available in journals, through a systematic literature review. **Methods:** The keywords used followed the description of the DeCS terms, namely: public policies, women's mental health and evaluation of public policies. A Google Scholar search was performed in May 2023, using the following syntax: women's mental health OR public policies OR evaluation of public policies NOT qualitative studies NOT theoretical studies, considering the period from 2020 to 2023. **Results:** 732 were found articles, of which 704 were unanimously excluded by the authors. This is because they included other related diseases as topics (N=496), specific populations (N=86), and because they were clearly theoretical articles (N=122). After identifying the articles, the analysis of the 28 articles was carried out, starting with the reading of the titles, followed by the reading of the abstracts and, subsequently, the full texts and following the methodological procedures described above, 5 articles were selected for systematic review, there are given that the 23 articles did not address the topic mentioned. **Final Considerations:** Public policies may be linked to women's mental health, proposing specific ways for each public to foster a culture of mental health promotion and disease prevention. This goes through the construction of public policies and social interventions that guarantee rights and full access to women.

KEYWORDS: women's mental health; public policy; public policy assessment.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo na história, as mulheres foram vistas como meras mães e donas de casa, privadas de políticas que servissem a seus interesses e protegessem sua saúde e qualidade de vida. A Organização Mundial da Saúde define a saúde mental como "um estado no qual os indivíduos são capazes de desenvolver suas habilidades, lidar com o estresse cotidiano, ser produtivos no trabalho e contribuir para suas comunidades" (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022).

Para Coelho (2003), existem outras dimensões que agravam as desigualdades da mulher na sociedade, como: classe social, raça, etnia, idade e orientação sexual, que limitam o desenvolvimento de milhões de mulheres e prejudicam sua saúde mental.

Existem conceitos mais rígidos que tratam apenas dos aspectos biológicos e anatômicos do corpo feminino, e conceitos mais amplos que tratam de vários aspectos das questões de direitos humanos e civis. Na concepção mais estreita, o corpo feminino é considerado apenas como uma função reprodutiva, e a maternidade se torna seu princípio (ANDRADE; MARTINS, 2023). A saúde da mulher fica limitada à saúde materna ou doenças não relacionadas com a reprodução biológica. Desta forma, excluem-se os direitos e as questões de gênero (MORI; COELHO; ESTRELLA, 2006). No governo de Getúlio Vargas na década de 1940, a percepção geral das mulheres começou a mudar, introduzindo políticas públicas voltadas para a promoção da saúde, principalmente relacionadas ao controle da natalidade. No entanto, eles não atendem às reais necessidades das mulheres (FREITAS, 2009).

A partir dos estudos de Santos e Irineu (2019), lutando pelo desenvolvimento de políticas de saúde para as mulheres, e outras questões como trabalho, gênero, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, desigualdade, orientação sexual, os movimentos feministas surgiram e fizeram valer seus direitos no contexto militar por meio da ditadura, no momento que o sistema universitário se ampliou e as oportunidades para as mulheres irem para a faculdade em busca de treinamento se expandiram.

Conforme Nascimento e Ferreira (2016), a luta por seus direitos e melhores condições de vida, o esforço das mulheres levou o Ministério da Saúde a dar os primeiros passos oficiais visando à gestão integrada da saúde da mulher. Mesmo com restrições impostas pela junta em 1964, o movimento feminista provocou debate após golpe,

estimulando os debates por meio de denúncias a saúde precária das mulheres brasileiras.

No contexto atual, estão em debate dois diplomas legislativos sobre a saúde da mulher, o programa intitulado “Assistência Integral à saúde da Mulher: bases de ação programática” (PAISM) e a “Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher” (BRASIL, 2004a).

Este artigo tem como objetivo abordar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, as evidências disponíveis em periódicos sobre avaliação de políticas públicas de saúde mental da mulher e suas principais dimensões.

MATERIAL E MÉTODO

Este estudo corresponde a uma pesquisa bibliográfica baseada em uma revisão sistemática da literatura. Uma revisão sistemática é uma revisão de pergunta única, claramente formulada, que usa uma abordagem sistemática e inequívoca para identificar, selecionar e avaliar criticamente estudos relevantes e para coletar e analisar dados desses estudos incluídos na revisão (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015).

A pesquisa bibliográfica é proposta como um procedimento metodológico para os pesquisadores, como forma de possivelmente encontrar soluções para suas questões de pesquisa. Este tipo de pesquisa é autêntico e baseado em material já publicado, incluindo principalmente: livros, revistas, publicações de periódicos e artigos científicos, monografias, teses, dissertações, com o objetivo de dar ao pesquisador acesso direto a todo o material que foi escrito sobre objeto de pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Com base nesse pressuposto, o conteúdo dos artigos científicos publicados pode ser selecionado. No levantamento da literatura, as palavras-chave utilizadas seguiram a descrição dos termos DeCS - Descritores em Ciências da Saúde, sendo eles: políticas públicas, saúde mental da mulher e avaliação de políticas públicas.

Foi realizada uma busca no Google Acadêmico, em maio de 2023, recorrendo à seguinte sintaxe: saúde mental da mulher OR políticas públicas OR avaliação de políticas públicas NOT estudos qualitativos NOT estudo teóricos, considerando o período de 2020 a 2023.

Foram considerados critérios de inclusão documentos sobre políticas públicas de saúde mental publicados em português e inglês e critérios de exclusão documentos que não abordassem explicitamente o tema proposto. Após selecionar os artigos, foi realizada uma leitura exploratória para reunir informações básicas relacionadas ao tema da pesquisa.

Com base na busca realizada e no fluxograma fornecido (fig. 1), foram encontrados 732 artigos, dos quais 704 foram excluídos por unanimidade pelos autores.

Após a identificação dos artigos procedeu-se à análise dos 28 artigos, iniciando com a leitura dos títulos, seguida da leitura dos resumos e, posteriormente, dos textos completos e seguindo os procedimentos metodológicos descritos anteriormente, 5 artigos foram selecionados para revisão sistemática, haja vista que, os 23 artigos não abordaram o tema citado.

Figura 1. Artigos encontrados e selecionados



Fonte: Autor, 2023

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da busca realizada na base de dados foram selecionados 5 artigos conforme descritos na metodologia referentes a conteúdos sobre a saúde mental da mulher e avaliação de políticas públicas.

O Quadro 1 abaixo resume os resultados encontrados com base nos artigos selecionados para facilitar a avaliação dos aspectos encontrados.

Quadro 1. Principais resultados dos estudos incluídos

Ano	Autores	Objetivo	Resultados
2023	ANDRADE, L. J de O; MARTINS, A. K. L.	Analisar as produções científicas brasileiras dos últimos cinco anos acerca da Psicologia e seu compromisso com a saúde mental das mulheres, levando em conta os impactos das violências sofridas em um contexto patriarcal.	No que tange ao campo das violências contra mulheres e as suas implicações na saúde mental das mesmas, seis artigos ressaltaram esta temática: Incerpe e Cury, 2020, Lourenço e Costa, 2020, Zancan e Habigzang, 2018, Trigueiro, Silva, Merighi, Oliveira e Jesus, 2017, Silva e Vagostello, 2017, Medeiros e Zanello, 2018).
2022	CIRILO, A. R. O; MESQUITA, R. F de.	Mapear a produção acadêmica sobre políticas públicas de gênero no Brasil (2010-2020)	Essa organização gerou três clusters de palavras: a verde (adolescentes, crianças, epidemiologia, saúde, impacto, obesidade, atividade física, prevalência, risco e fatores de risco); a azul (associação, Brasil, cuidado, mortalidade, população, saúde pública, Estado, saúde da mulher); e a vermelha (Adolescentes, violência doméstica, educação, gênero, direitos humanos, políticas públicas, violência contra a mulher, violência e mulheres).
2022	FETZNER, D. W.	Identificar as evidências científicas brasileiras acerca das políticas públicas de enfrentamento e proteção à violência doméstica contra as mulheres.	As amostras dividiram-se em: profissionais da rede de atendimento com 4 estudos; prontuário de mulheres em situação de violência doméstica com 1 estudo; profissionais da saúde com 1 estudo; operadores do direito com 1 estudo; gestores com 1 estudo; secretário municipal e coordenador municipal 1 estudo.
2021	BARBOSA, T. P. et al.	Investigar a produção científica latino-americana sobre serviços de atendimento à mulher vítima de violência que incluem psicólogos em suas equipes.	A amostra de cada estudo variou entre mulheres vítimas de violência e profissionais que atuam em serviços de atendimento para as vítimas. Em quatro (4) estudos, a amostra foi composta por profissionais da saúde e com o psicólogo inserido em equipes multidisciplinares. Em outros três (3) estudos a amostra foi composta apenas por psicólogos, e um (1) estudo teve sua amostra composta tanto por profissionais quanto por mulheres que haviam sofrido violência. Por fim, dois (2) estudos foram compostos somente por mulheres que haviam passado por violência.
2020	MEDRADO, A. C; LIMA, M.	Refletir criticamente sobre a produção na literatura a respeito do adoecimento mental de mulheres em relação ao ciclo reprodutivo feminino, com destaque para marcadores sociais como raça e classe social.	Os artigos apresentaram uma diversidade de países de realização: Brasil (05), Austrália (04), Vietnã (03), África do Sul (02), China (02), Japão (01), Uganda (01), Paquistão (01), Nicarágua (01), México (01), Estados Unidos (01).

Fonte: Autor, 2023.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Conceitualmente Segundo dados do IBGE (2019), as mulheres constituem a maioria da população brasileira, 52,2%, e são as principais usuárias do sistema de saúde (SUS), onde acompanham seus familiares e entes próximos além de visitá-los (BRASIL, 2004b).

De acordo com os estudos de Moraes (2007), a mulher é um produto histórico de uma sociedade conservadora, ou seja, seu papel é construído historicamente de acordo com as expectativas conservadoras de como deveria ser seu comportamento. A categoria gênero explica a realidade social porque se configura como uma das manifestações dos “problemas sociais”, relações empoderadoras e desiguais. A luta de classes é horizontal nessa sociedade, então permeia a luta de gênero e deve andar junto (ELLSBERG, 2015).

Como corrobora Ávila (2020), as mulheres indicaram que as desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres também se traduzem em problemas de saúde, atingindo principalmente a população feminina. Portanto, é preciso criticá-los, buscar identificar e propor processos políticos que promovam mudanças na sociedade e na qualidade de vida da população.

Pensar em gênero e saúde mental não é apenas pensar na dor dos transtornos mentais que atingem as mulheres, ou nas tendências pessoais que algumas mulheres têm para desencadear crises e depressão (MEDRADO; LIMA, 2020). Primeiro, é preciso entender os vários aspectos do cotidiano da mulher, entender a estrutura social e reconhecer o fardo muito pesado que as mulheres carregam consigo, que muitas vezes se sobrepõe ao poder de qualquer um. (BANDEIRA, 2014).

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

Em 1984, o Ministério da Saúde desenvolveu o Programa Integrado de Assistência à Saúde da Mulher (PAISM), que marcou, principalmente, uma ruptura conceitual com os princípios norteadores da política de saúde da mulher e os critérios de seleção prioritária na área (ÁVILA, et al., 2020).

Para Tavares; Filho; Santana (2020), essa política é divulgada e discutida no Conselho Nacional de Saúde com o objetivo de ser reconhecida como política nacional e assim compreendida pelo órgão decisório do Sistema Único de Saúde (SUS), que inclui educação, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, enfatizando que na clínica ginecológica, Atendimento pré-natal, parto e puerpério, menopausa, planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, câncer de colo de útero e mama e saúde mental e outras necessidades identificadas a partir do perfil demográfico da mulher.

A PNAISM está dividida em dois documentos: o primeiro, "Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes", contém conceitos e perspectivas de gênero sobre a saúde da mulher, situação sociodemográfica, diagnósticos sucintos das condições de saúde e orientações relacionadas à humanização e cuidado, além das metas e políticas gerais e específicas associadas a cada meta. O segundo documento, Plano de Ação 20042007, demonstra os objetivos específicos, sugerindo estratégias, recursos e indicadores para cada um dos objetivos (BRASIL, 2015a).

Desta forma, recomenda-se que o PNAISM seja uma ferramenta de apoio aos poderes estaduais e municipais na implementação de ações de saúde da mulher que respeitem os direitos humanos e a condição socioeconômica da mulher, de acordo com o Plano de Ação (BRASIL, 2015b). Cabe aos gestores locais definir suas metas e escolher indicadores que melhor se adequem ao seu estado de saúde e realidades comunitárias, desde que atendam às necessidades da população (CIRILO; MESQUITA, 2022).

De acordo com os estudos de Araújo (2003), a pesquisa sobre políticas públicas requer um estreitamento de escopo, pois são recomendadas ações amplas tanto para áreas específicas quanto para o público em geral e, nesse sentido, este estudo tem como foco as políticas públicas de saúde mental da mulher.

No Brasil, a saúde da mulher foi incorporada à política nacional de saúde nas primeiras décadas do século XX, período em que se limitava às necessidades relacionadas à gravidez e ao parto. Os planos elaborados nas décadas de 1930 e 1970 limitavam a percepção da mulher a partir de sua biologia e de seus papéis sociais como mãe e dona de casa, a quem cabia criar, educar e cuidar da saúde de seus filhos e demais familiares (IPEA, 2015). As metas foram definidas a nível central sem qualquer avaliação das necessidades de saúde da população local. Algumas consequências dessa abordagem são a fragmentação da assistência e o impacto mínimo nos indicadores de saúde da mulher (TAVARES, FILHO, SANTANA, 2020).

Para Senicato, Azevedo e Barros (2018), alguns determinantes têm maior correlação com a saúde mental da mulher, como atividade ocupacional, pois pode levar a maior autonomia e poder de decisão, e educação, além de melhorar habilidades cognitivas para resolver problemas cotidianos, independência e controle de natalidade, esses são fatores que afetam a saúde física e mental das mulheres. Para as mulheres, o acesso ao mercado de trabalho é único porque é limitado pelas responsabilidades familiares. Além de não dar atenção ao trabalho de casa, há monotonia, desvalorização e repetição. É invisível, e não raro, que se manifeste como gerador de intensa angústia mental. A vivência cotidiana dessas tensões, acumuladas ao longo do tempo, pode resultar no adoecimento psíquico da mulher (ARAÚJO, 2003).

Entendemos o campo da saúde da mulher como o campo que gerou a disciplina. No campo da saúde, desenvolver programas e políticas específicas da população por meio da prática na vida cotidiana (HILLESHEIN, 2009).

As diretrizes de atenção à saúde da mulher devem ver as mulheres não como partes isoladas de seus corpos, mas como seres inteiros, pessoas passando por momentos socioeconômicos específicos e passando por momentos emocionais específicos (FETZNER, 2022).

Conforme Pasinato, Machado e Ávila (2019), as políticas públicas de saúde constituíram os pilares básicos dos sistemas de proteção social construídos ao redor do mundo ao longo do século XX. No Brasil, a avaliação de políticas públicas é realizada como um processo sistemático, integrado e institucionalizado, que tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos e, se necessário, identificar possibilidades de aprimoramento da ação do Estado para aprimorar os processos, resultados e gestão.

A avaliação de políticas públicas investiga déficits de impacto e efeitos colaterais indesejados para extrair consequências para ações e programas futuros (BARBOSA, et al. 2021). Nesta fase, o ciclo político pode ser interrompido ou encerrado caso os objetivos do projeto tenham sido alcançados, caso contrário, inicia-se um novo ciclo, uma nova fase de percepção e definição do problema. Portanto, a fase de avaliação é crítica para o desenvolvimento e adequação permanente das formas e ferramentas de ação pública (FREY, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das pesquisas realizadas, foram identificadas poucas publicações sobre o tema e menos ainda estudos mais recentes, resultando em um aumento no período de publicação, levando em consideração todos os trabalhos encontrados na pesquisa e disponíveis na busca.

Assim, as políticas públicas podem estar vinculadas à saúde mental da mulher, propondo formas específicas para cada público fomentar uma cultura de promoção da saúde mental e prevenção de doenças. Isso passa, necessariamente, pela construção de políticas públicas e intervenções sociais que garantam direitos e o pleno acesso a todas as pessoas.

Nesse sentido, diversos eixos devem ser observados pelas políticas públicas para melhorar as condições de vida e de saúde mental das mulheres, muitos dos quais ainda são negligenciados pelas políticas desenvolvidas nacionalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. J de O; MARTINS, A. K. L. Violência e suas implicações no campo da saúde mental das mulheres: uma revisão integrativa da literatura no âmbito da Psicologia. *Revista Ciências Humanas*. v. 16. e. 34. 2023.

ARAÚJO, T. M, et al. Trabalho docente e sofrimento psíquico: um estudo entre professores de escolas particulares de Salvador, BA. *Rev. Faeeba*. n. 20. p. 485-95. 2003.

ÁVILA, T. P de. et al. Políticas Públicas de prevenção ao feminicídio e interseccionalidades. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. v. 10. n. 2. 2020.
BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade & Estado*. v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014.

BARBOSA, T. P. et al. A Psicologia na rede de atendimento à mulher em situação de violência conjugal: Uma revisão sistemática na América Latina. *Aletheia*. v.54, n.1, p.126-135. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf>. Acesso em: 30 mai 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Uma Análise da Situação de Saúde. 2004b. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2004.pdf>. Acesso em 25 mai. 2023.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. Monitoramento e Acompanhamento da Política Pública de Atenção Integral à Saúde da Mulher PNAISM e do Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres PNPM. 2015a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-paramulheres/arquivo/central->

deconteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. Plano Nacional de Políticas para Mulheres, PNPM. 2013 - 2015. 2015b. Disponível em: <https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

CIRILO, A. R. O; MESQUITA, R. F de. Revisão panorâmica da análise das políticas públicas de gênero no Brasil (2016-2020). PUC - Rio. O Social em Questão. Ano XXV. no 52. p. 107-130. Jan a abr/2022.

COELHO, M. R. S. Atenção básica à saúde da mulher: subsídios para a elaboração do manual do gestor municipal. 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva - área de Saúde Coletiva) – Curso de Mestrado em Saúde Coletiva, UFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ELLSBERG, M. et al. Prevention of violence against women and girls: what does the evidence say? The Lancet. v. 385, n. 9977, p. 1555-1566, 2015.

FETZNER, D. W. Políticas públicas e práticas de enfrentamento a violência doméstica contra as mulheres: Revisão Integrativa. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. p. 1-27. 2022.

FREITAS, G. L. et al. Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde. Revista eletrônica de Enfermagem. v. 11. n. 2. p. 424-8. 2009.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, n. 21, p. 211-259. 2022.

GALVÃO, T. F; PANSANI, T. S. A; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. Epidemiologia e Serviços de Saúde. v. 24. n.2. 2015.

HILLESHEIN, B. et al. Saúde da mulher e práticas de governo no campo das políticas públicas. Psicologia em Revista. Belo Horizonte. v. 15, n. 1, p. 196-211. 2009.

IPEA. Nota técnica: a institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Brasília: IPEA, 2015.

MEDRADO, A. C; LIMA, M. Saúde mental feminina e ciclo reprodutivo: Uma revisão de literatura. Nova Perspectiva Sistêmica. v. 29. n. 67. p. 70-84. 2020.

MORAES, M. L. Q de. O feminismo político do século XX. Margem a Esquerda: Ensaio Marxistas. Boitempo Editorial. n 9. p.129-143. 2007.

MORI, M.E; COELHO, V.L.D; ESTRELLA, R.C.N; Sistema Único de Saúde e políticas públicas: atendimento psicológico à mulher na menopausa no Distrito Federal, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro. v. 22. n.9. p.1825-1833. 2006.

NASCIMENTO, B.M.S; FERREIRA, E.J.M. Problematizações acerca da saúde da mulher: principais entraves e desafios para consolidação dos direitos sociais. In: II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, 2, 2016, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Conselho Regional de Serviço Social. 2016. p. 111.

PASINATO, W; MACHADO, B. M; ÁVILA, T. P de. Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. Fundação Escola. Marcial Pons. v. 6.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Feevale. Novo Hamburgo - RS. 2 edição. 2013.

SANTOS, C. V. M de; IRINEU, B. D. Violência contra mulheres e promoção de saúde mental na comunidade. Rev. NUFEN. Belém, v. 11, n. 1, p. 232-245. 2019.

SENICATO, C; AZEVEDO, R. C. S de; BARROS, M. B de A. Transtorno Mental comum em mulheres adultas: identificando os segmentos mais vulneráveis. Ciênc. saúde colet. v. 23. n. 8. 2018.

TAVARES, J. S. C; FILHO, C. A. A de J; SANTANA, E. F. Por uma política de saúde mental da população negra no SUS. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN). v. 12. p. 138-151. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Mental health. 2022. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs220/en/>>. Acesso em: 20 mai 2023.

Recebido em: 19-06-2023

Aceito em: 29-06-2023